

Controladoria-Geral da União**SECRETARIA EXECUTIVA
CONTROLADORIA REGIONAL DA UNIÃO NO ESTADO DE
SANTA CATARINA****PORTARIA Nº 2.092, DE 2 DE SETEMBRO DE 2021**

O SUPERINTENDENTE DA CONTROLADORIA REGIONAL DA UNIÃO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XI, do art. 123, do Anexo I da Portaria CGU nº 3.553, de 12 de novembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 13 de novembro de 2019, resolve:

Designar, DANIEL CASTRO DUARTE, Auditor Federal de Finanças e Controle, para exercer a Função Comissionada do Poder Executivo, código FCPE 101.1, da Controladoria Regional da União no Estado de Santa Catarina.

FERNANDO MENDES MONTEIRO

PORTARIA Nº 2.093, DE 2 DE SETEMBRO DE 2021

O SUPERINTENDENTE DA CONTROLADORIA REGIONAL DA UNIÃO NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XI, do art. 123, do Anexo I da Portaria CGU nº 3.553, de 12 de novembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 13 de novembro de 2019, resolve:

Dispensar, TITO PABLO STOLF, Auditor Federal de Finanças e Controle, do exercício da Função Comissionada do Poder Executivo, código FCPE 101.1, da Controladoria Regional da União no Estado de Santa Catarina.

FERNANDO MENDES MONTEIRO

DIRETORIA DE GESTÃO INTERNA**PORTARIA Nº 2.162, DE 14 DE SETEMBRO DE 2021**

A DIRETORA DE GESTÃO INTERNA DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.383, de 23 de junho de 2017, publicada no D.O.U de 27.06.2017, e tendo em vista o que consta no processo nº 00190.101092/2021-97, resolve:

Conceder aposentadoria voluntária com proventos integrais ao servidor MARCO ANTONIO PRANDINI, ocupante do cargo de Auditor Federal de Finanças e Controle, Classe S, Padrão IV, matrícula Siape nº 0144326, do Quadro de Pessoal da Controladoria-Geral da União, com fundamento no artigo art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, c/c o art. 3º da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019.

Declarar vago o referido cargo.

VIVIAN VIVAS

Conselho Nacional do Ministério Público**PORTARIA CNMP-PRESI Nº 160, DE 13 DE SETEMBRO DE 2021**

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições, com fundamento no art. 12, XX e § 1º, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, e considerando o que consta do Processo Administrativo nº 19.00.2020.0007460/2019-36, resolve:

Art. 1º Prorrogar a requisição da Promotora de Justiça PATRÍCIA FERREIRA WANDERLEY DE SIQUEIRA GOULDING, pelo período de 1 (um) ano, a contar de 10 de setembro de 2021, para atuar como membro auxiliar da Comissão de Acompanhamento Legislativo e Jurisprudência, com prejuízo de suas atribuições no Ministério Público do Estado de Pernambuco.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS

SECRETARIA-GERAL**PORTARIA CNMP-SG Nº 259, DE 13 DE SETEMBRO DE 2021**

O SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições, com fundamento no inciso XII, c/c o § 2º, do art. 1º da Portaria CNMP-PRESI nº 57, de 27 de maio de 2016, e tendo em vista o disposto nos arts. 9º e 35, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, bem como o que consta do Processo Administrativo SEI nº 19.00.3003.0005449/2021-06, resolve:

Art. 1º Dispensar, a pedido, o Servidor Eduardo Futemma Ushikoshi, ocupante do cargo de Analista do MPU/Direito, do quadro de pessoal do Ministério Público Federal, matrícula nº 82.458, do exercício da Função de Confiança de Assistente do Núcleo de Autuação Disciplinar, código FC-3, da Corregedoria Nacional do Ministério Público, prevista na Lei nº 12.412, de 31 de maio de 2011.

Art. 2º Apostilar a Portaria CNMP-SG nº 321, de 2 de dezembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União nº 235, seção 2, página 57, de 5 de dezembro de 2019, para constar nos assentamentos funcionais da Servidora Thaís de Cruz e Alves, ocupante do cargo de Analista do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, Especialidade Direito, matrícula nº 82.531, a alteração do exercício da Função de Confiança de Assistente da Coordenadoria de Inovações, código FC-3, para o exercício da função de confiança de Assistente do Núcleo de Autuação Disciplinar, código FC-3, da Corregedoria Nacional do Ministério Público, previstas na Lei nº 12.412, de 31 de maio de 2011.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL AZEVEDO LÔBO

PORTARIA CNMP-SG Nº 260, DE 13 DE SETEMBRO DE 2021

O SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições, com fundamento no inciso XII, c/c o § 2º, do art. 1º da Portaria CNMP-PRESI nº 57, de 27 de maio de 2016, e tendo em vista o disposto no art. 9º, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, bem como o que consta do Processo Administrativo SEI nº 19.00.3003.0005449/2021-06, resolve:

Art. 1º Designar a Servidora Fernanda Rocha Lobato Miguel, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Administração do quadro de pessoal do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, matrícula nº 82.667, para o exercício da Função de Confiança de Assistente da Coordenadoria de Inovações, código FC-3, da Corregedoria Nacional do Ministério Público, prevista na Lei nº 12.412, de 31 de maio de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL AZEVEDO LÔBO

PORTARIA CNMP-SG Nº 261, DE 14 DE SETEMBRO DE 2021

O SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições, com fundamento no inciso XII, c/c o § 2º, do art. 1º da Portaria CNMP-PRESI nº 57, de 27 de maio de 2016, e tendo em vista o disposto no art. 38, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, bem como o que consta do Processo Administrativo SEI nº 19.00.3003.0005449/2021-06, resolve:

Art. 1º Dispensar, a pedido, o Servidor Eduardo Futemma Ushikoshi, ocupante do cargo de Analista do MPU/Direito, do quadro de pessoal do Ministério Público Federal, matrícula nº 82.458, do encargo de substituto eventual do Cargo em Comissão de Assessor-Nível III da Coordenadoria Disciplinar, código CC-3, da Corregedoria Nacional do Ministério Público, previsto na Lei nº 12.412, de 31 de maio de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL AZEVEDO LÔBO

Ministério Público da União**ATOS DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA****PORTARIA PGR/MPF Nº 543, DE 13 DE SETEMBRO DE 2021**

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições conferidas pelo inciso XX do artigo 49 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, e do Procedimento de Gestão Administrativa - PGEA/MPF nº 1.00.000.016019/2020-74 e a Informação PGR-00321087/2021, resolve:

Art. 1º Tornar sem efeito a Portaria PGR/MPF nº 647, de 11/10/2002, publicada no Diário Oficial da União de 14/10/2002, no que se refere à concessão da vantagem disposta no artigo 3º, da Lei nº 8.911/94, a JOÃO BOSCO GIARDINI, Procurador da República, matrícula 362-0, em atendimento ao Acórdão nº 6467/2020-TCU-Primeira Câmara, com feitos financeiros a contar de 17/6/2020, data da ciência deste órgão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 472, DE 13 DE SETEMBRO DE 2021**

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, CONSIDERANDO a solicitação constante do Tabularium nº 08191.033608/2015-17, resolve:

Art. 1º Prorrogar a cessão da servidora MARIANA MORSCHEL DA COSTA, Analista do MPU/Direito, matrícula 5000, para continuar a exercer o cargo em comissão de Assessor de Ministro, código CJ-3, no gabinete do Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, no Superior Tribunal de Justiça - STJ, pelo prazo de 1 (um) ano, a contar de 7 de setembro de 2021, com fulcro no art. 93, I, §1º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, c/c art. 3º, inciso I, §§ 1º, 2º e 5º da Portaria PGR/MPU nº 15, de 21 de março de 2019.

Parágrafo único. A servidora deverá realizar a atualização anual de seus dados cadastrais, em observância ao inciso XIX, do art. 117, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FABIANA COSTA OLIVEIRA BARRETO

SECRETARIA-GERAL**PORTARIA Nº 895, DE 14 DE SETEMBRO DE 2021**

O SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Regimento Interno, considerando a delegação dada por meio da Portaria nº 1.426/PJ, de 14/12/2018, e considerando o teor do Tabularium nº 08191.119492/2021-51, resolve:

Designar o servidor LUCAS FRANCO DE OLIVEIRA MANIERO, matrícula 4308-7, Técnico do MPU/Administração da carreira do Ministério Público da União, para exercer a função de confiança de Assistente Técnico 1 da Seção de Cálculo da Secretaria de Gestão de Pessoas, código FC-02 (62050110).

RENATO LUQUEIZ SALLES

**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS****PORTARIA Nº 500, DE 13 DE SETEMBRO DE 2021**

A SECRETÁRIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo artigo 1º - inciso II, alínea "n", da Portaria SG/MPF nº 994, de 24 de agosto de 2020, e tendo em vista o disposto no artigo 38, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e no expediente PGR-00315292/2021, resolve:

1. Dispensar JOSE VICENTE MATIAS NETO, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Administração, matrícula nº 27755, do encargo de substituto eventual do Assessor-Chefe Nível II, CC-2, da Assessoria de Apoio aos Grupos de Trabalho, da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.

2. Designar JOSE VICENTE MATIAS NETO, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Administração, matrícula nº 27755, para exercer o encargo de substituto eventual do Assessor-Chefe Nível II, CC-2, da Assessoria de Gestão da Informação e Comunicação, da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.

3. Designar ANA LUCIA MARTINS DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Analista do MPU/Gestão Pública, matrícula nº 18980, para exercer o encargo de substituta eventual da Assessora-Chefe Nível II, CC-2, da Assessoria de Apoio aos Grupos de Trabalho, da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal.

4. Designar ANA LUCIA MARTINS DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Analista do MPU/Gestão Pública, matrícula nº 18980, para substituir, no período de 9 a 17 de setembro de 2021, a Assessora-Chefe Nível II, CC-2, da Assessoria de Apoio aos Grupos de Trabalho, da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, por motivo de férias da titular.

ISABELA VIDIGAL BRAGA MENESES

PORTARIA Nº 494, DE 8 DE SETEMBRO DE 2021

A SECRETÁRIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi atribuída pelo artigo 1º - inciso II, alínea "p", da Portaria SG/MPF nº 994, de 24 de agosto de 2020, tendo em vista o disposto no artigo 62 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e no expediente PGR-00296350/2021, resolve:

Designar CASSIA MUNIZ, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Administração, matrícula nº 20818, para exercer a função de confiança de Assistente Nível I, FC-1, do Gabinete da Secretaria de Gestão de Pessoas do Ministério Público Federal, em vaga decorrente da dispensa de Evelaine Batista Silva, matrícula nº 22345, ocorrida em 16 de fevereiro de 2021, publicada no DOU de 19 de fevereiro de 2021.

ISABELA VIDIGAL BRAGA MENESES

